



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## **Relatório da Participação da Assembleia da República**

na

### **Reunião Interparlamentar**

organizada pela

### **Comissão de Assuntos Constitucionais (AFÇO)**

Parlamento Europeu, Bruxelas,

**11 de outubro de 2017**

#### **Composição da Delegação**

Integraram a Delegação da Assembleia da República os seguintes Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus:

- Duarte Marques (PSD); e
- Vitalino Canas (PS).

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

#### **Síntese**

A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFÇO) do Parlamento Europeu (PE) organizou uma reunião interparlamentar<sup>1</sup> com o objetivo de discutir o futuro da Europa, como base nas propostas do PE de 16 de fevereiro de 2017, bem como no Livro Branco da Comissão sobre o futuro da Europa.

A discussão focou os temas do futuro da União Económica e Monetária, o financiamento e a dimensão social da Europa, bem como perspetivas de segurança e defesa e de como enfrentar o desafio da globalização.

---

<sup>1</sup> Documentação da reunião disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/afco/events-nationalparl.html?id=20170920MNP00121>

Vídeo disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20171011-1430-COMMITTEE-AFCO>



## Da Reunião

### I- Notas introdutórias

Danuta Hübner, Presidente da Comissão AFCO, deu início aos trabalhos, referindo a importância da reflexão sobre o futuro da Europa, que tem decorrido na mencionada comissão, desde o início da legislatura, recordando os diversos documentos de referência sobre a matéria, como o Livro Branco da Comissão Europeia (CE), o discurso do estado da União do Presidente Juncker e a *Iniciativa para a Europa* do Presidente Macron. Congratulou-se com a presença dos representantes dos Parlamentos nacionais (Pn) - 25 deputados de 16 Estados-membros (EM) - na medida em que estes são um interlocutor privilegiado local e representativo dos seus cidadãos.

Seguiu-se uma alocução de Matti Maasikas, Vice-ministro para os Assuntos Europeus da Estónia, na qualidade de representante do EM que detém a presidência rotativa do Conselho da União Europeia (UE). O orador começou por referir que esta era a altura ideal para discutir o futuro da UE que, apesar das recentes crises, continuaria a receber o apoio da maioria dos seus cidadãos, estando agora numa fase de “primavera europeia”.

Neste contexto, congratulou-se com os documentos do PE e da CE, apelidando-os de excelentes guiões para uma reflexão sobre o futuro da integração europeia. Mencionou ser vital incluir todos nesse debate, uma vez que quaisquer formas de envolvimento dos cidadãos seriam fundamentais, aumentando a democraticidade do processo.

Recordou que os últimos anos nos haviam ensinado algumas lições duras. Defendeu, assim, que quem se preocupa com a UE não a deve culpar por tudo o que corre mal, acrescentando que os EM deveriam ser capazes de assumir as suas responsabilidades, em especial para com os seus cidadãos.

Refletiu, ainda, sobre a necessidade de serem equacionados os custos inerentes à alternativa de não haver UE. A este propósito, citou o acordo de Schengen, cuja não existência implicaria, só no sector dos transportes, um prejuízo de cerca de 7 bilhões de euros. Continuou, afirmando que a UE tem de prosseguir, a partir das iniciativas que unam os EM, ao invés de se concentrar no que os separa. Reconheceu que a ideia de uma Europa a várias velocidades estaria de novo no ar, mas acrescentou que todas as



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

cooperações reforçadas teriam de estar abertas à adesão de todos os EM. Na sua opinião, este mecanismo deveria ser de inclusão e não de exclusão.

Referiu que o Presidente Tusk estaria em fase de consulta aos EM para elaboração da agenda dos dirigentes, a ser apresentada no Conselho Europeu dos dias 19 e 20 de outubro, com vista à manutenção de uma UE que encontra soluções reais para pessoas reais, fazendo progressos e mudando para aproximar os cidadãos. Terminou, declarando o empenho da Presidência estónia neste processo, contando com todos, incluindo o PE e os Pn.

Valdis Dombrovskis, Vice-presidente da CE responsável pelo Euro, Diálogo Social, Estabilidade, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capital, começou por salientar os contributos do PE (dois relatórios) e dos Pn sobre o aprofundamento da integração económica. Sublinhou, que uma melhor governação económica seria desejável, não apenas na zona euro, mas para toda a Europa. Acrescentou que, de resto, após a saída do Reino Unido (R.U.), a zona euro passaria a representar 80% do PIB da UE.

Sublinhou o atual clima de confiança, com bons indicadores económicos e descida do desemprego. Acrescentou, no entanto, que continuariam a existir desigualdades de crescimento, o que significava que nem todos os cidadãos estariam a usufruir de forma igual desse crescimento. Assim, teria de se trabalhar para aumentar a convergência, bem como a resiliência da economia europeia. Referiu-se ao fundo de convergência de acesso à zona euro, mencionado pelo Presidente Juncker no seu discurso do estado da União. Acrescentou que diversas medidas concretas de estabilização constariam do pacote económico previsto para o próximo dia 6 de dezembro. Terminou, sublinhando que, apesar de a UE ser uma experiência única, a recente crise havia demonstrado as suas fragilidades, pelo que seria necessário pensar nos instrumentos para as evitar, antes que chegasse a crise seguinte.

### **II- Aprofundar a União Económica e Monetária; o futuro das finanças europeias; e a dimensão social da Europa**

Nesta fase da reunião ocorreu um debate com diversos membros do PE e dos Pn, durante o qual foram abordados temas como a necessidade de avançar com a união bancária (Deputada da Assembleia Nacional francesa, Liliana Tanguy); a maior capacidade e rapidez dos EUA em ultrapassar a crise financeira; a necessidade de



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

reconhecer os erros cometidos e de avançar com o que temos em comum - comunicação, segurança interna e segurança energética (Senador polaco J. Wlosowicz); a influência do setor bancário na zona euro (O. Koulla, do Parlamento cipriota); a necessidade de interligar os objetivos das políticas económicas com os das políticas sociais (S. Jakeliunas, do Parlamento lituano); a falta de popularidade das políticas que incluem cortes nas prestações sociais ( Mikko Savola, do Parlamento finlandês); as consequências da saída do R.U. da UE (Senador irlandês G. Craughwell); o problema da falta de confiança dos cidadãos e a necessidade de uma Europa social (T. Moumoulidis, do Parlamento helénico); e solidária (J. Madison, do Parlamento estónio); a perda de charme da UE e, citando Stiglitz, o facto de não se poder sacrificar a Europa na cruzada do euro (Senadora romena G. Cretu).

Os Deputados do PE (MEP) expressaram igualmente as suas ideias, como a rejeição da ideia da Europa a várias velocidades (MEP C. Tapardel); a dificuldade em orçamentar as políticas da UE e a concorrência de novos mercados, como a China; como promover justiça fiscal, face à existência de sistemas fiscais como os da Irlanda e do Luxemburgo (MEP Jo Leinen); a necessidade de se trabalhar em conjunto para os jovens e conseguir a sua mobilização; a falta de identificação de soluções para os problemas do Brexit; e a necessidade de continuar o diálogo entre todos, nomeadamente entre o PE e os Pn (Mairead McGuinness).

### **III- O futuro da Defesa Europeia e como enfrentar a globalização**

A terceira parte da reunião consistiu no debate sobre o futuro da defesa europeia e como controlar a globalização (dois dos temas objeto dos documentos de reflexão que acompanham o Livro Branco sobre o futuro da Europa, da Comissão Europeia). Os vários intervenientes abordaram, ora apenas um dos temas, ora os dois. Por uma questão de clareza do relatório, foram agrupadas separadamente as ideias sobre cada uma destas vertentes do futuro da UE.

Em relação à questão da defesa foi sublinhado de como a atual fase seria propícia ao aprofundamento da defesa e segurança na Europa, sobretudo face à ameaça terrorista, devendo a integração ser feita através da harmonização e colaboração de informação (Senador irlandês G. Craughwell), ideia reiterado pelo Deputado polaco P. Apel e pela Deputada francesa, L. Tanguy, que manifestou ainda o seu apoio à ideia de um fundo de defesa, bem como a uma estratégia comum de defesa, conforme preconizado pelo Presidente Macron. A. Votsis, do Parlamento cipriota, reiterou a necessidade de



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

desenvolver a segurança e defesa, sendo necessário mais investimento nestas áreas ao nível da UE, sendo igualmente de explorar os termos de cooperação com a NATO. M. Savola, do Parlamento finlandês, expressou a sua concordância com o fundo de defesa europeu, o que seria um sinal político, nomeadamente para a indústria de defesa. J. Madison, do Parlamento estónio, referiu que segurança interna e externa não poderiam ser separados.

A ideia de uma cooperação com a NATO foi defendida por vários oradores. Alguns, como o MEP Jo Leinen, defenderam que a NATO não era suficiente, uma vez que não dava resposta a situações de prevenção de crises e conflitos (dando o do Mali como exemplo) e, por outro, que os EUA tinham outros interesses para além da Europa. Já o MEP Ramón Jáuregui Atondo salientou a janela de oportunidade para a Europa da defesa, acrescentando, no entanto, que teriam de ser encontradas fontes de financiamento para sustentar uma verdadeira indústria de defesa comum. O MEP M. Brescu referiu que os cidadãos querem controlo democrático de segurança e defesa, o que é assegurado pelos Parlamentos nacionais.

No que concerne à questão de como enfrentar a globalização, não podendo ser adotadas medidas protecionistas, atendendo aos seus efeitos bilaterais, foi avançada a ideia da Europa apoiar programas de educação nos novos mercados emergentes, tornando essas sociedades mais justas, uma vez que uma população mais educada tem maiores expectativas e exigências, nomeadamente no que concerne ao nível dos salários e aos direitos sociais, aproximando os custos salariais dos praticados na UE (Senador irlandês G. Craughwell). A MEP M. Macguinness, referindo-se aos EUA, sublinhou que estes ainda não se habituaram a olhar para a UE como um todo. Acrescentou, ainda, que a globalização aterrorizava as pessoas, mas que os acordos comerciais bilaterais teriam de continuar, sendo ainda necessário introduzir conceitos de comércio justo. O MEP Jo Leinen concordou em combater o comércio injusto e sublinhou a necessidade de trabalho em conjunto, uma vez que os nossos concorrentes duplicam a população, enquanto a Europa envelhece.

Participaram os nesta fase do debate os dois representantes da delegação da AR que, em síntese, exprimiram as seguintes opiniões:

O Senhor Deputado Vitalino Canas reiterou a ideia de alguns dos oradores precedentes, no sentido de esta altura ser propícia para a reflexão do tema da segurança e defesa, o que seria difícil há cerca de três ou quatro anos. Reconheceu um novo ambiente na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Europa, com acréscimo de confiança e vontade de maior integração, cooperação e pareceria nesta área. Sublinhou que, de resto, esta seria uma exigência dos próprios cidadãos europeus. Acrescentou que não se poderia correr o risco de que as ameaças já existentes se tornassem insuportáveis e sem solução, sendo por isso necessário aprofundar os mecanismos de resposta europeia na área de segurança e defesa.

Referindo-se ao discurso do estado da União do Presidente Juncker, saudou o sexto cenário nele preconizado para o futuro da defesa na Europa, bem como as ideias do Presidente Macron e respetivas propostas nesta área. Reconheceu a existência de uma tensão nestes dois discursos que, tendo semelhanças e confluências, não eram iguais.

Salientou, em particular, que o Presidente Juncker procurava encontrar projetos em que toda a UE pudesse estar envolvida, enquanto o Presidente Macron admitiria propostas em que apenas alguns EM avançassem. Constatou que algumas propostas do Presidente Macron teriam de envolver uma alteração aos Tratados, processo que, de momento, apesar do clima favorável, não lhe parecia conveniente.

Em relação à forma de avançar com a política de segurança e defesa salientou que, conforme preconizado no debate político interno, caso o avanço se viesse a fazer a várias velocidades, teria sempre de se seguir um princípio de possibilidade de adesão dos restantes EM que se quisessem vir a juntar depois. Sublinhou que qualquer regra de exclusão ou de condicionalidade não seria admissível, constituindo esta uma fronteira inultrapassável.

Continuou, expressando o seu acordo quanto à ideia do Presidente Juncker quanto à criação de um fundo europeu de defesa; à cooperação estruturada permanente; e a uma nova união de defesa até 2025. Referiu, por fim, que obviamente a NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa teriam de ser compatíveis e compatibilizadas. Acrescentou que, mesmo não havendo total identidade de membros de ambas as organizações, o trabalho conjunto teria de continuar. Recordou que, aliás, esta coordenação era já uma realidade, concretizando-se nas iniciativas conjuntas acordadas entre o Secretário-geral da NATO Jens Stoltenberg e a Comissária europeia Frederica Mogherini, exemplos que demonstrariam um campo de coordenação e trabalho conjunto, que nunca seria demais, tendo em conta a ameaça a que a Europa se encontrava sujeita.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Quanto ao Deputado Duarte Marques, a quem coube a última intervenção antes do encerramento do debate, referiu que, durante a tarde, se tinha verificado um consenso sobre a necessidade de mais competências para a UE, mas sem uma abordagem clara de como financiar as novas áreas de atuação, sendo fundamental refletir sobre a questão dos recursos próprios. Acrescentou que seria necessário fazer opções, pois mais competências significariam, forçosamente, uma disponibilidade para uma maior contribuição para o orçamento europeu. Continuou, referindo que os Parlamentos nacionais não poderiam fazer como muitos governos, que “bruxelizam” tudo o que não corre bem, e “nacionalizam” os bons resultados. Referiu que esta situação se passaria um pouco em todos os EM, dando como exemplo, não só Portugal como, igualmente, o Reino Unido ou a Grécia. Continuou, sublinhando que a solidariedade europeia teria de ter sempre dois sentidos, não sendo plausível que se criticasse quem nos financia. Exemplificou, mencionando que muitas vezes se inauguravam investimentos financiados a 80% pela UE, como se fossem nacionais, ao mesmo tempo que se criticava a Europa. Reiterou a ideia de anteriores oradores, no sentido de não se poderem seguir os populismos, sob pena de se entrar num jogo, no qual os críticos populistas são superiores. Preconizou, assim, uma união de EM e dos partidos europeístas. Referiu, em concreto, o caso português, atualmente governado por uma coligação de esquerda, mas onde os outros partidos, como o caso do seu (PSD), evitavam a “politiquice” contra a Europa, tema que se sobrepunha às divergências políticas.

A Presidente da Comissão, Danuta Hübner, encerrou o debate, referindo que os problemas são fáceis de identificar, sendo as respetivas soluções mais difíceis. Acrescentou que, independentemente dos caminhos, teria de haver envolvimento e responsabilização democrática, o que apenas se conseguiria com o envolvimento dos Pn, que estão mais próximos das populações. Concluiu, referindo que o PE prosseguiria, igualmente, a sua reflexão, ficando desde já prevista uma reunião interparlamentar com os Pn, similar à que agora terminava, para partilha das conclusões, no ano seguinte.

Assembleia da República, 12 de dezembro de 2017

### **Os Deputados da Assembleia da República,**

---

Duarte Marques

---

Vitalino Canas